

Relatório de impacto



Papo de Homem
17 anos

INSTITUTO PDH

CONTRAF

CONTEC
BRASIL

FEBRABAN / Sindical

OUTUBRO 2024

Relatório de impacto

A partir da pesquisa sobre o livro:
**Como conversar com homens sobre
violência contra meninas e mulheres**

Eliza Toledo e Fernando Cespe

PRODUÇÃO

Andrio Robert

EDITORIAL

Marina Moreira

REVISÃO

OUTUBRO 2024

Sumário

Objetivo	4
<hr/>	
1 Introdução	5
<hr/>	
2 Levantamento de Dados	8
<hr/>	
3 Resultados	11
<hr/>	
4 Recomendações	24
<hr/>	
5 Conclusão	27

Objetivo

O objetivo deste relatório é dimensionar, compreender e demonstrar o impacto do livro "Como conversar com homens sobre violência contra meninas e mulheres" e das aulas oferecidas sobre o tema. Essa análise se baseou em uma pesquisa realizada com um grupo de pessoas que acessaram o projeto, leram o livro parcial ou integralmente, ou participaram das aulas. A pesquisa, construída através de um formulário online, focou especialmente em **compreender** os níveis e pontos de entendimento sobre violências contra meninas e mulheres adquiridos pelos respondentes após o acesso às aulas ou ao conteúdo do livro. Também foram considerados os marcadores sociais de idade, raça, escolaridade e gênero dos participantes.

1

Introdução

O Brasil é o quinto país do mundo com mais casos de violência contra as mulheres. Entre os estupros, mais de 60% das vítimas são menores de 13 anos. Os dados do 17º Anuário de Segurança Pública (2023) nos mostram que em mais de 82% dos casos o autor da violência era conhecido da vítima, e sabemos que a maioria desses autores são homens. Dessa forma, quando outros homens, sabendo dessas situações, se calam, eles ajudam a manter uma cultura que perpetua essa violência e trata meninas e mulheres como se não tivessem direito sobre os seus corpos ou sentimentos. Por isso, o livro "**Como conversar com homens sobre a violência contra meninas e mulheres**" foi publicado para desafiar essa realidade, sugerindo caminhos e incentivando mais homens a participar do debate e a tomar ações práticas para mudar e interromper esses ciclos de violência.

Ainda é muito latente na cultura brasileira a crença da divisão rígida de papéis entre homens e mulheres, determinando o que cada um pode ou não fazer. Isso está presente e é reforçado em diversos ambientes, como em casa, no trabalho, locais de estudos, igrejas, restaurantes, espaços culturais ou nos transportes. Também é algo presente nas relações: com a família, parceiros, amigos, colegas de trabalho e vizinhos.

Na mídia, essa cultura de desigualdade entre homens e mulheres é reproduzida, muitas vezes, em propagandas, músicas, novelas, filmes, entre outras produções.

VAMOS PENSAR EM UM EXEMPLO PARA ENTENDER MELHOR:

Imagine uma propaganda na televisão que mostra um grupo de homens assobiando para mulheres na rua, fazendo comentários ou dando risada do corpo ou roupa que elas estão usando. Essa propaganda pode transmitir a ideia de que esse comportamento é aceitável ou até mesmo positivo. Sendo assim, quando vemos essa atitude repetidamente em nosso dia a dia e na mídia, podemos começar a acreditar que ele é normal e aceitável. Assim, alguns homens podem adotar essas atitudes porque veem outros fazendo o mesmo.

Além disso, os comportamentos que adotamos influenciam outras pessoas ao nosso redor. Por exemplo, crianças e adolescentes que veem adultos se comunicando com gritos, arremessando objetos ou segurando o braço de meninas e mulheres com força, podem internalizar esses comportamentos como normais e reproduzi-los no futuro. Dessa forma, uma atitude hoje, que reforce a ideia equivocada de que está tudo bem tratar mulheres desta forma, pode ter um impacto duradouro e afetar várias gerações.

Isso tudo nos leva a refletir sobre nossas próprias ações e a importância de desenvolver um senso de responsabilidade coletiva. É importante estarmos conscientes de como nossos comportamentos afetam os outros e trabalharmos para promover atitudes respeitadas e inclusivas. Ao fazer isso, podemos ajudar a criar um ambiente mais seguro e acolhedor para todas as pessoas, agora e no futuro.



Levantamento de dados

Coletamos um total de 118 respostas no questionário associado ao lançamento do livro "**Como dialogar com homens sobre a violência contra meninas e mulheres**". A amostra apresenta recortes de gênero e raça ou cor, conforme mostrado nos gráficos 1 e 2 a seguir. As respostas foram recebidas entre fevereiro e março de 2024, revelando dados que serão discutidos ao longo do texto.

Gráfico 1

→ Com qual gênero você se identifica?

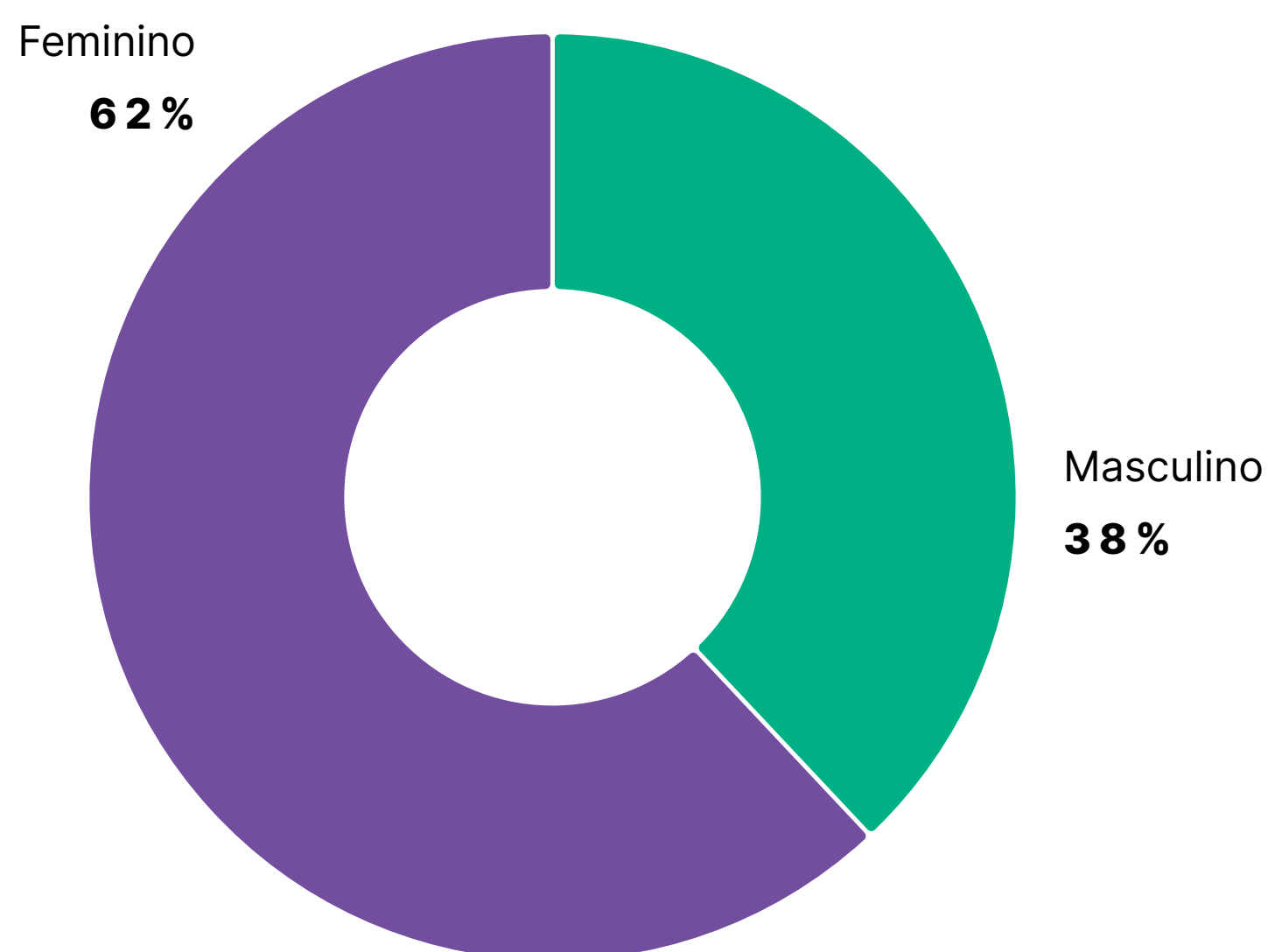
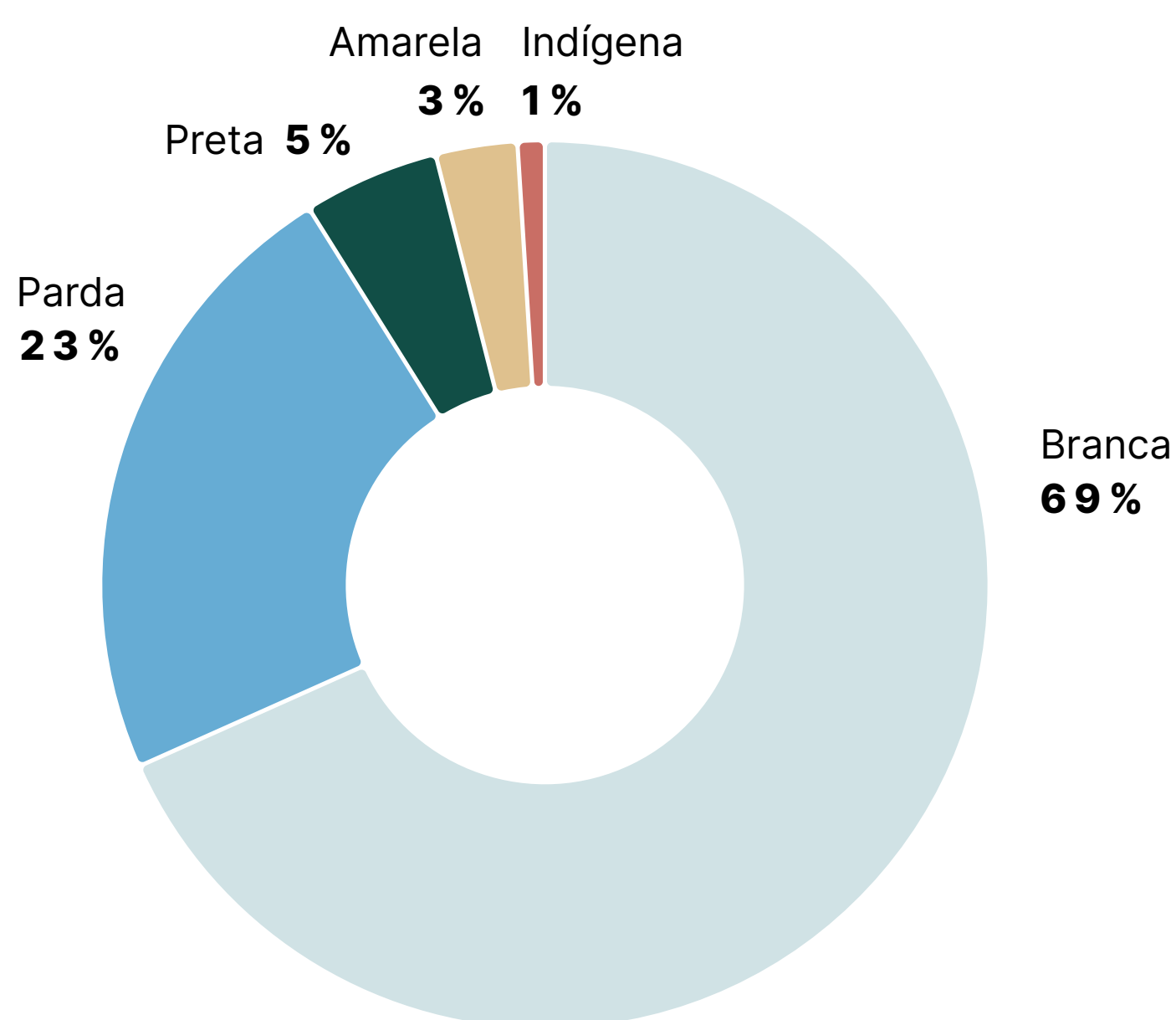


Gráfico 2

→ Qual sua raça ou cor?



É comum que projetos voltados ao público masculino ainda alcancem muitas mulheres e sejam engajados majoritariamente por elas. **Neste projeto, pudemos observar que 38% dos participantes da pesquisa foram homens.**

Essa porcentagem, ainda que representativa, nos sinaliza os desafios para alcançar o público-alvo principal, que também pode apresentar resistência em participar das pesquisas por medo de se expor de alguma maneira, e até mesmo por não achar importante ou necessário o seu envolvimento direto.

Este relatório indica que o envolvimento mais significativo veio do grupo diretamente impactado pelas formas de violência abordadas no livro, as mulheres.

A publicação, circulação e discussão deste livro pretendem incentivar a participação de mais homens no debate e na criação de medidas que busquem transformar essa realidade desigual e violenta à qual meninas e mulheres estão sujeitas simplesmente por causa do seu gênero.



Resultados

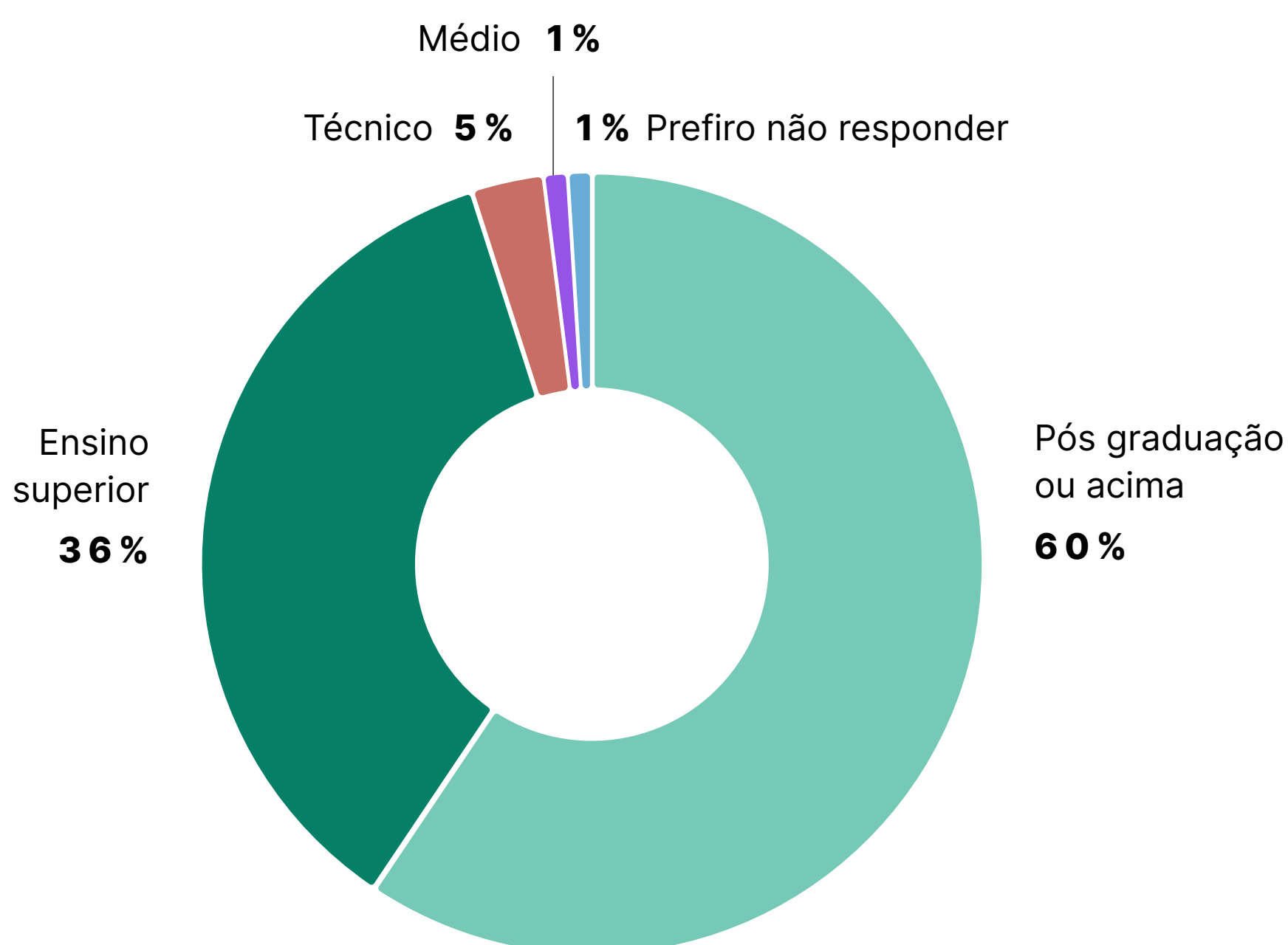
Privilégio Social e responsabilização

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, nota-se que a maioria dos respondentes são pessoas brancas, 69% (gráfico 2) e possuem pós-graduação e/ou nível superior, 96% (gráfico 3).

Algumas considerações relevantes sobre as pessoas que participaram da pesquisa: este grupo, majoritariamente, ocupa uma posição de privilégio social. Ou seja, possuem benefícios ou oportunidades em virtude do lugar que ocupam dentro da sociedade. Esses privilégios não são necessariamente conquistados através de mérito individual, mas são atribuídos conforme a posição social da pessoa em questão, considerando características como raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outros. Tais privilégios podem se manifestar de várias maneiras, como acesso a oportunidades educacionais, empregos bem remunerados, segurança, representação política e qualidade de vida, por exemplo.

Gráfico 3

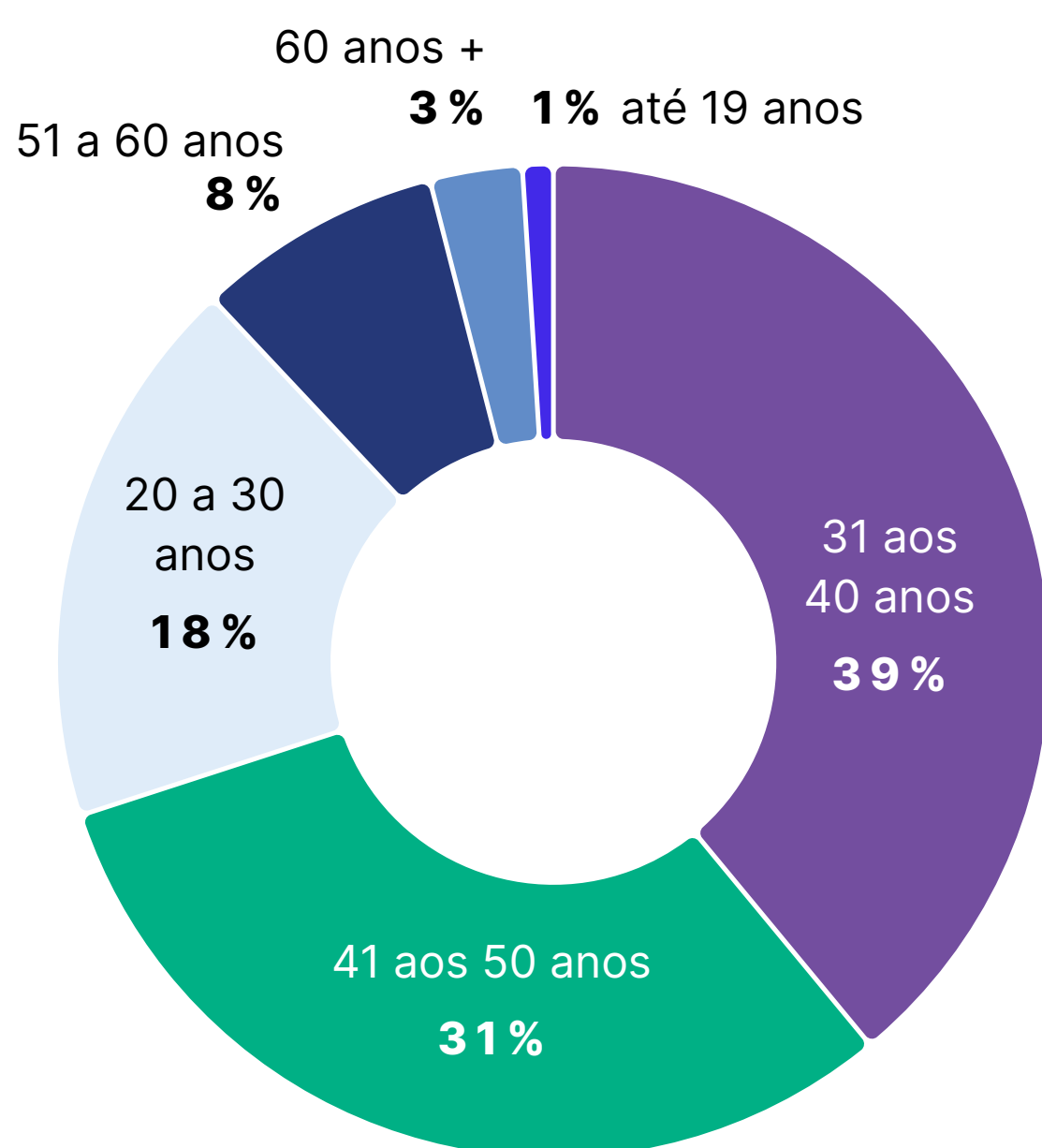
→ Qual seu nível de escolaridade



Os dados de escolaridade correspondem à faixa etária principal das respostas, que demonstra um grupo considerável de pessoas em fase adulta, sendo os maiores grupos formados por pessoas de 31 a 40 anos (39%) e 41 a 50 anos (31%), conforme aponta o gráfico 4.

Gráfico 4

→ Qual sua faixa etária



Parte dessas pessoas pode ter sido expostas a discussões desse tipo, com maior ou menor frequência, em ambientes educacionais e acadêmicos, embora isso não garanta que elas estejam diretamente engajadas em mudanças individuais ou coletivas. Ainda assim, identificamos uma oportunidade positiva: esse grupo tem o potencial de promover debates, criar espaços de escuta e diálogo, multiplicando, compartilhando e ampliando os conhecimentos e dados presentes no livro, que também foram discutidos nas ações formativas do projeto. Além disso, essas pessoas podem usar, estrategicamente, o seu fácil acesso a ambientes mais privilegiados economicamente e instituições educacionais, para inspirar crianças e jovens a questionar os sistemas de violência contra meninas e mulheres, impulsionando assim a reflexão de outras gerações sobre o tema.

Violência

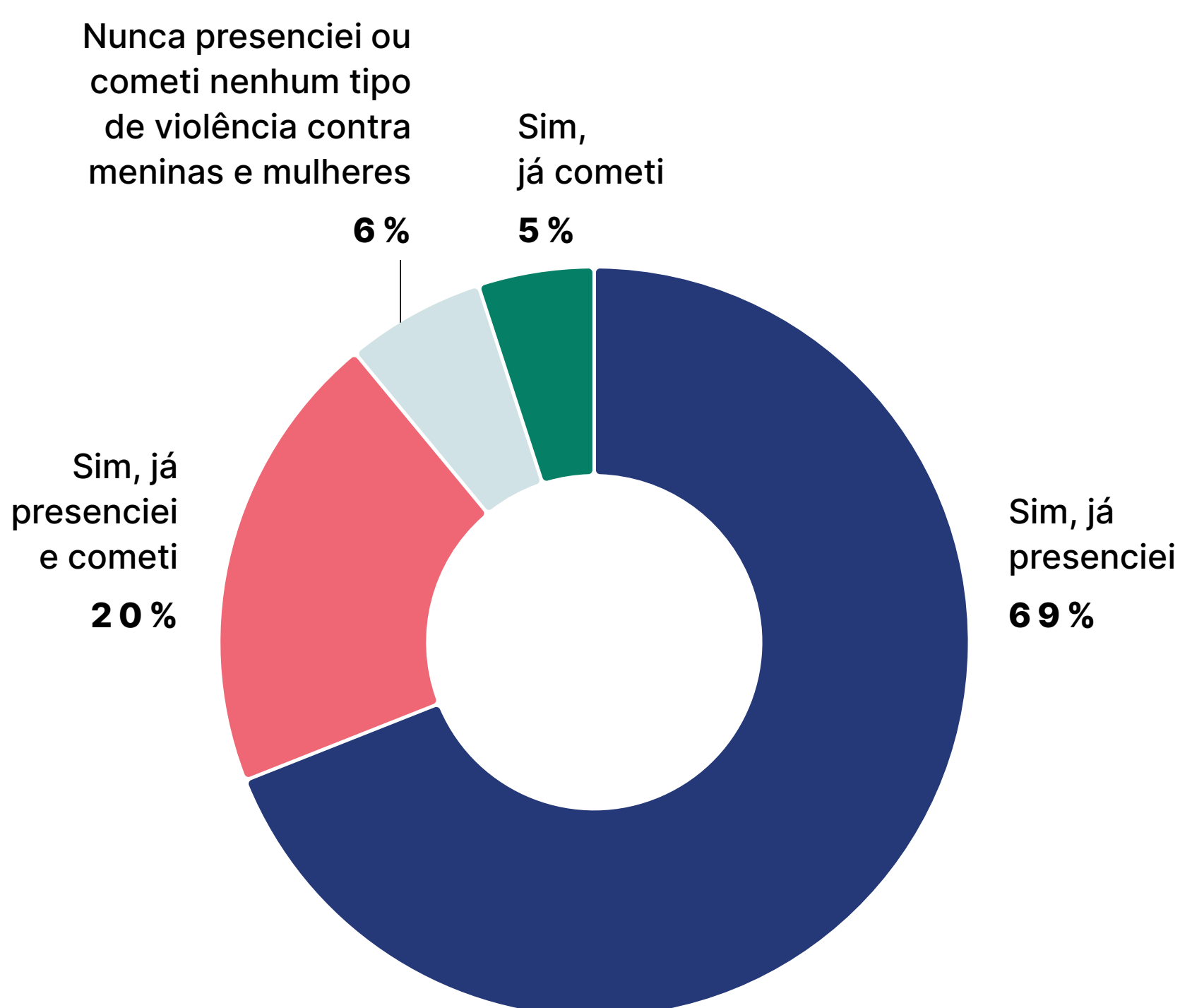
visível x invisível

Embora esses dados representem apenas uma parte da população, eles destacam a importância e urgência de debater e abordar o tema em diversos contextos sociais, levando em conta suas complexidades e atravessamentos específicos. Os números que se seguem mostram que o desafio também está presente entre esse grupo de respondentes, que como citamos anteriormente, ocupa um lugar de privilégio social.

Quando perguntamos se as pessoas tinham presenciado e/ou cometido alguma das violências contra meninas e mulheres mencionadas no livro, como violência virtual, psicológica, patrimonial, sexual ou física, a soma dos que responderam "sim" totalizou 94% (gráfico 5).

Gráfico 5

→ Já presenciou ou cometeu alguma(s) violência(s) mencionadas?



Destaca-se também que 86% do público feminino respondeu “sim, já presenciei” algum tipo dessas violências. Isso pode ter acontecido com elas mesmas ou com pessoas próximas. Vale ressaltar que ainda é comum determinadas violências serem consideradas “normais” dentro de relações, ambientes de trabalho, igrejas e outros espaços, isso acaba dificultando ainda mais o reconhecimento por parte das próprias vítimas.

Contudo, dos respondentes que preencheram a opção “sim, já cometi”, 100% são homens. Se considerarmos as demais estatísticas brasileiras sobre violência de gênero, levantadas, por exemplo, através do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e outros órgãos responsáveis, nossa pesquisa indica que poucos homens reconhecem ter presenciado ou cometido tais atos, o que evidencia uma falta de consciência sobre a gravidade dessas situações e um não reconhecimento da sua responsabilidade neste enfrentamento às violências.

Tabela 1

→ Já presenciou ou cometeu alguma(s) violência(s) mencionadas?

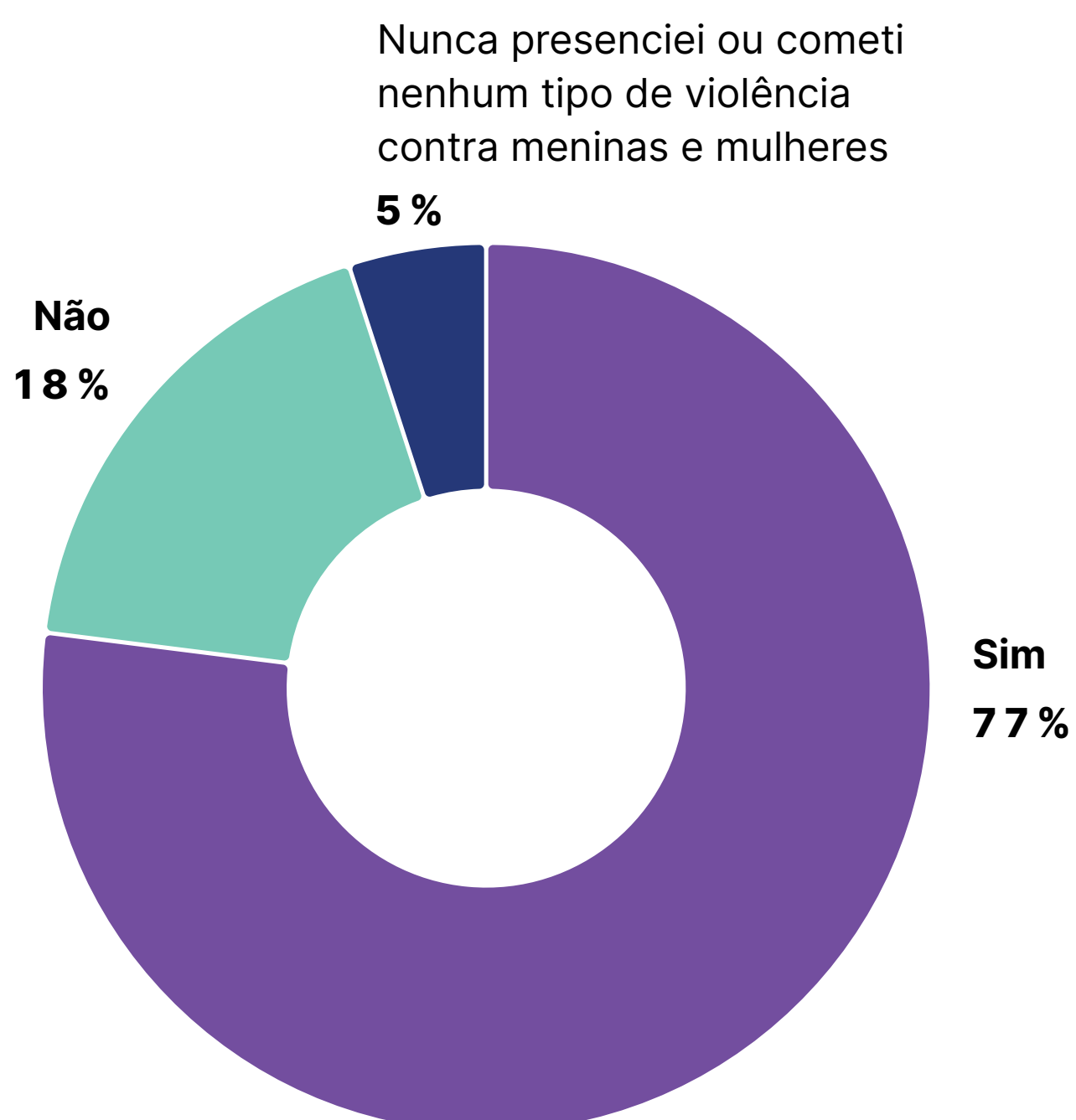
	FEMININO	MASCULINO
Nunca presenciei ou cometi nenhum tipo de violência contra meninas e mulheres	4	3
Sim, já cometi		6
Sim, já presenciei	63	18
Sim, já presenciei e cometi	6	18
Total	73	45

Outro indicador importante apontou que o livro é uma ferramenta eficaz no processo de sensibilização da temática. Uma parcela de pessoas passou a **tomar consciência que presenciou e/ou cometeu algum tipo de violência contra meninas e mulheres** somente após o seu contato com o livro e os conteúdos sobre ele.

Isso reafirma a importância de o conteúdo estar **disponível em mais espaços para acessar diferentes faixas etárias**, considerando que sua leitura **pode contribuir para a identificação de situações de violência que antes passavam "desapercebidas"**, pois, conforme os nossos dados, 18% das pessoas respondentes não tinha consciência de ter presenciado ou cometido algum tipo de violência antes do acesso ao conteúdo do livro, conforme apontado no [gráfico 6](#).

Gráfico 6

→ **Tinha consciência de tê-la(s) presenciado ou cometido antes do acesso ao conteúdo?**

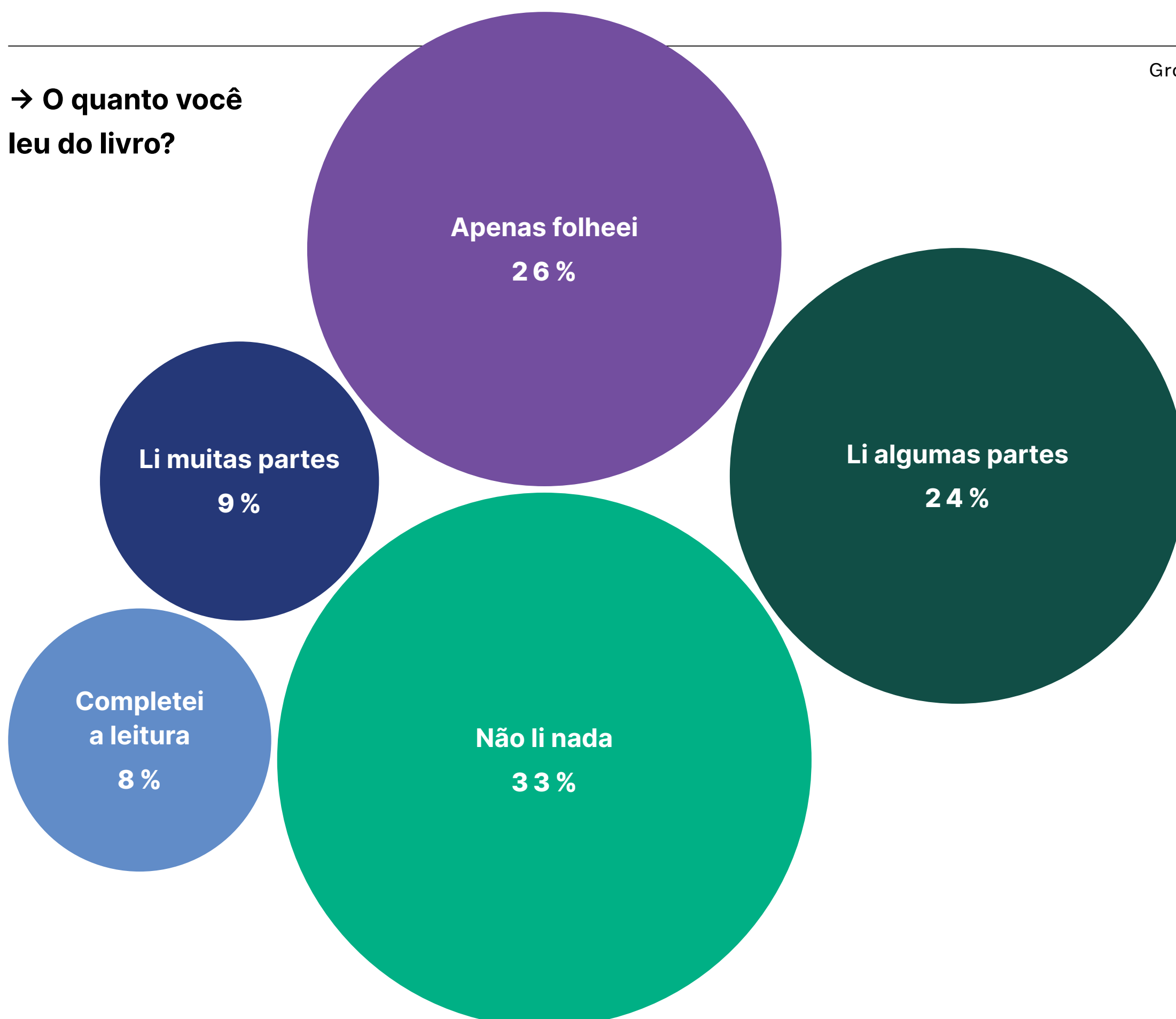


Nesta avaliação, tivemos um curto período de tempo disponível para a maioria das pessoas ler profundamente o conteúdo do livro. No entanto, um dado merece ser destacado: cerca de 17% dos respondentes leram o livro completo ou grande parte dele, como aponta o gráfico 7. Sendo assim, se observamos o dado anterior, apresentado no gráfico 6, referente às pessoas que tomaram alguma "consciência sobre violência praticada ou assistida" após contato com o conteúdo do livro; e que mais da metade dos respondentes leram algumas partes ou folhearam a obra, constatamos que existem muitas oportunidades de geração de impacto e aderência ao tema.

Portanto, incentivar que mais pessoas leiam o livro, fazer com que ele chegue a grupos de leitura e vivências, como por exemplo os grupos de homens que discutem masculinidades, pode ser um estímulo valioso para promover um processo reflexivo que levará a mudanças concretas.

Gráfico 7

→ O quanto você leu do livro?



Outro ponto importante é a "ascensão social" deste grupo de respondentes em termos de escolaridade. Os dados sugerem que parte dessas pessoas podem ter acesso a discussões sobre o tema em ambientes de educação superior. No entanto, para que essas discussões tenham um impacto mais amplo e contribuam para a redução das violências contra meninas e mulheres, é necessário que elas cheguem em mais espaços sociais.

Além disso, é importante considerar que estar em um ambiente de educação superior não garante um alto nível de entendimento sobre o tema. Uma pessoa pode ter um diploma universitário e ainda assim não ter um conhecimento profundo e sensível sobre as questões de violência de gênero. Portanto, é fundamental promover a educação e a conscientização sobre esses temas em todos os níveis de escolaridade e em diferentes contextos sociais.

Criar espaços para reflexão, reavaliar abordagens e desenvolver novas atitudes que promovam mudanças é uma responsabilidade coletiva, sobretudo dos grupos privilegiados que vivenciam menor impacto de insegurança social e, assim, tendem a ter uma menor sobrecarga mental.

Grupos sociais minorizados, como meninas e mulheres negras, com baixa renda ou com menor escolaridade, frequentemente enfrentam uma sensação prolongada de insegurança psicológica. Isso ocorre porque elas lidam diariamente com a falta de direitos e justiça social.

Nesse contexto, surge a necessidade de buscar a equidade de gênero a partir de uma perspectiva interseccional. Isso significa considerar os vários fatores sociais que influenciam a vida de meninas e mulheres, como raça, sexualidade, local de origem, idade, situação familiar, classe social, deficiência, entre outros.

A interseccionalidade ajuda a entender como essas diferentes características afetam as oportunidades e os direitos dessas meninas e mulheres.

Portanto, ao levar em conta essas diversas realidades, podemos equilibrar melhor a "balança" desigual de oportunidades e direitos, garantindo uma abordagem mais justa e inclusiva para todas.

A invisibilidade da violência por quem a comete

Ao analisarmos os dados por gênero do gráfico 1, nota-se que, geralmente, quem sofre violência tem mais facilidade para reconhecer o dano que sofre, enquanto quem causa a violência tem uma percepção menor disso.

Por exemplo, quando perguntados se já presenciaram violência, cerca de 78% das respostas afirmativas veio das mulheres. Quando se trata de cometer e presenciar a violência, a proporção se inverte, os homens assumem o papel de principais causadores, sendo 100% das pessoas que responderam “sim, já cometi” do gênero masculino.

Essa falta de percepção entre os homens sobre a gravidade do que ocorre, mostra uma certa ausência de empatia e uma compreensão limitada sobre equidade e ações afirmativas para meninas e mulheres.

Viver desde a infância enfrentando diversas formas de violência impõe ao gênero feminino uma enorme sobrecarga mental, afetando vários aspectos de suas vidas e levando ao doloroso reconhecimento recorrente de violências que atravessam gerações de mulheres em uma mesma família. Infelizmente, o privilégio, muitas vezes, é invisível para aqueles que o possuem.

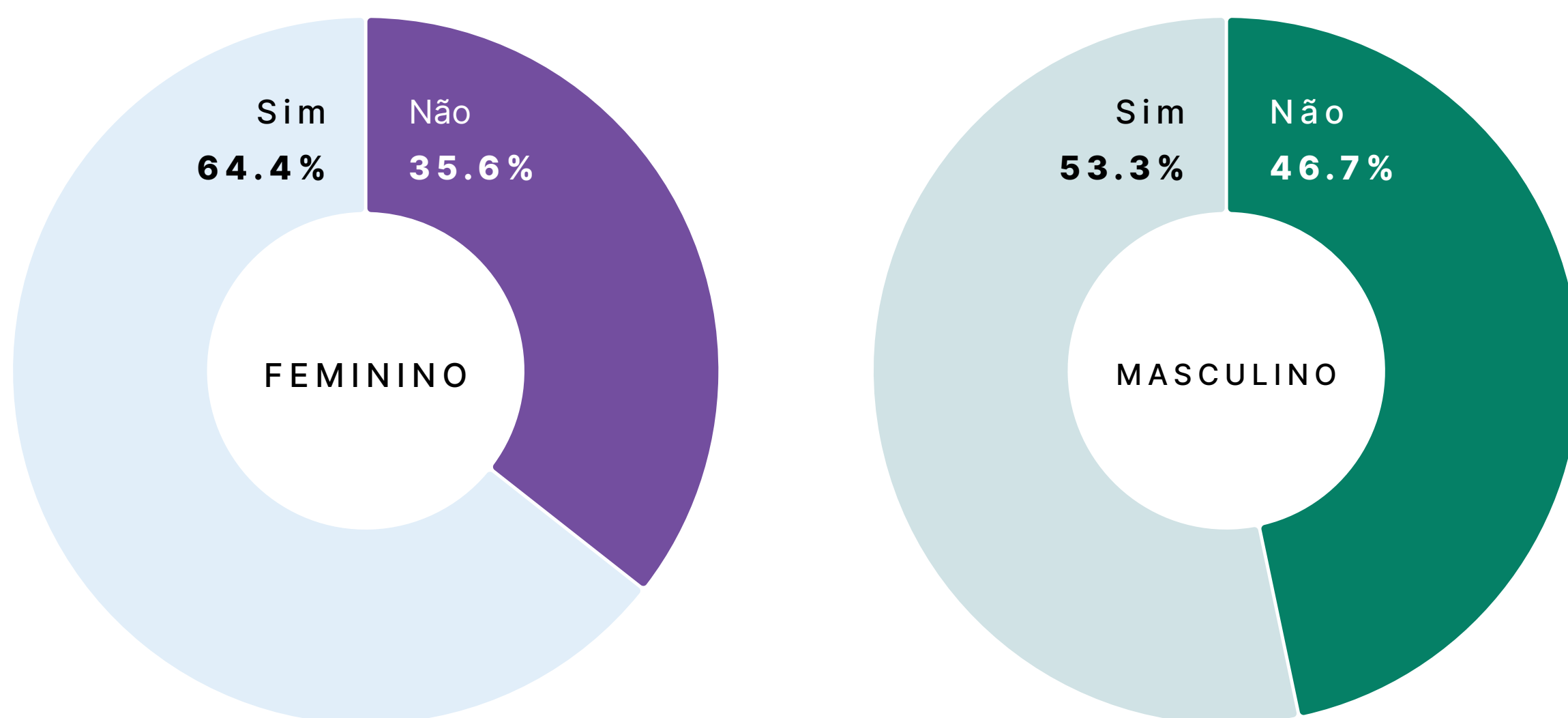
Ainda dentro das avaliações de divisão segundo o gênero, quando perguntamos se "no seu espaço de trabalho, estudo e/ou onde exercita sua religiosidade você já teve acesso a esse debate?", tivemos algumas variações.

Cerca de 65% das mulheres (o maior público de respondentes) disseram ter acesso a esses debates nesses espaços. Aproximadamente 53% dos homens, embora em menor número entre os respondentes, afirmaram estar em ambientes que promovem essas discussões. Portanto, os homens em nossa amostra não estão em espaços de convivência social "menos favoráveis" nesse aspecto.

Além disso, identificamos um ponto de atenção que destaca a eficácia do projeto e a importância de ampliar a circulação do livro. Embora a maioria dos respondentes tenha acesso a essas discussões, mais de 20% deles não haviam reconhecido algumas formas de violência como tal antes de ler o material. Isso indica que o livro impacta diretamente a vida das pessoas e suas percepções, promovendo reflexões significativas e transformadoras.

Gráfico 8

→ No seu espaço de trabalho/ estudo/ onde você exercita sua religiosidade você já teve acesso a esses debates?



A dimensão do cuidado

O papel de cuidar é frequentemente associado ao gênero feminino, mas é importante enfatizar que o cuidado pode ser exercido em diversos contextos, situações sociais e faixas-etárias.

Sendo assim, um dos pontos da pesquisa perguntava sobre **"qual frequência você já se viu no papel de cuidador(a) de alguma menina?"**, podendo ser uma filha, sobrinha, prima, irmã, amiga, vizinha ou neta. Tivemos 66% das pessoas assumindo esse papel muitas vezes em suas rotinas e o restante realizando poucas vezes. Portanto, muitas dessas pessoas assumem esse papel em diferentes situações. Mas será que elas estão preparadas? Trazemos conversas sobre este tema em nossos círculos de convivência ou quando delegamos que alguém faça isso por uma criança?

Essas perguntas são cruciais, pois se relacionam com quatro dados específicos destacados no livro (páginas 12 e 17): mais de 61% dos estupros no Brasil envolvem menores de 13 anos, e em quase 89% desses casos, as vítimas são do sexo feminino.

Em mais de 82% dos estupros, a vítima conhece o autor da violência, e 7 em cada 10 casos ocorrem na residência.

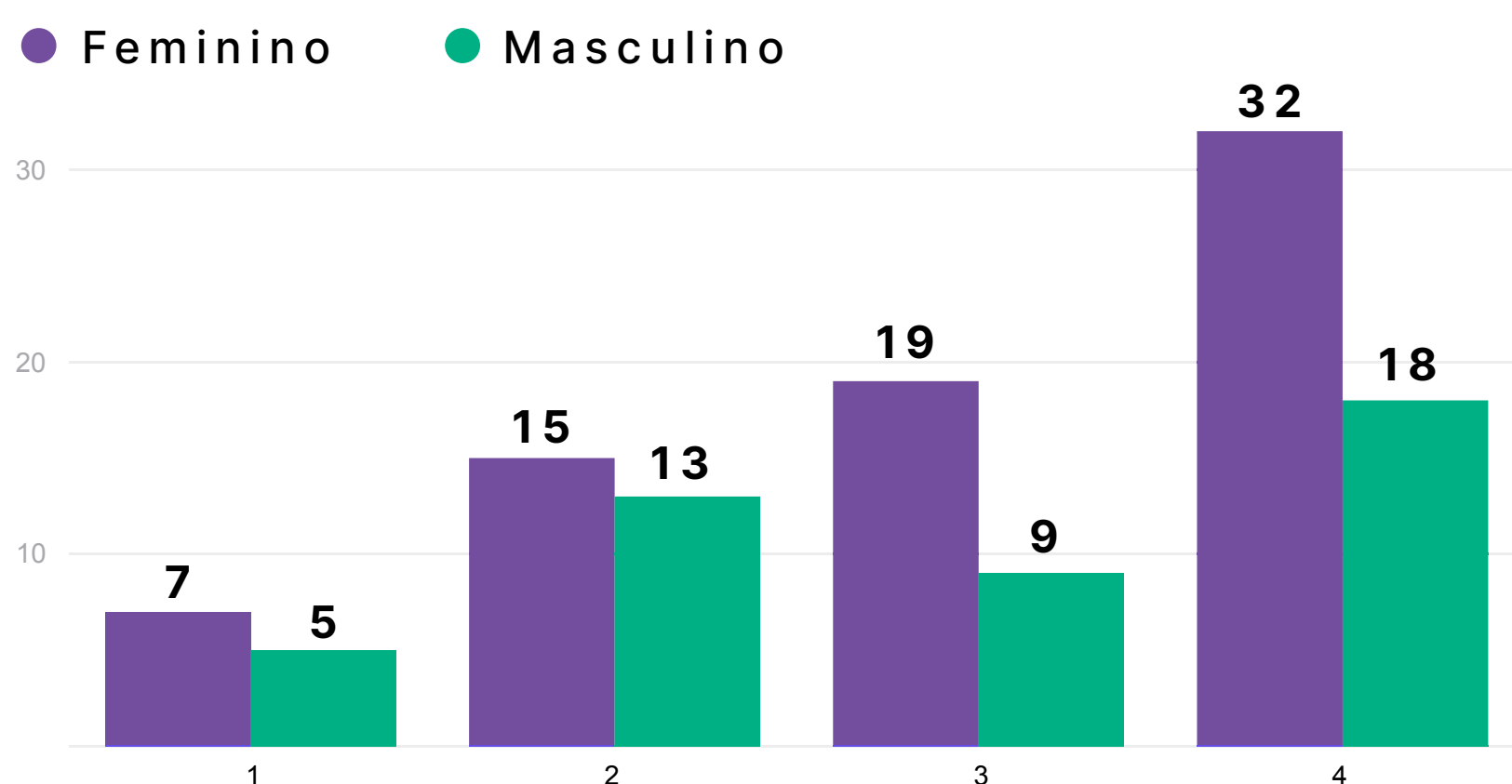
Diante dessas informações, compreende-se ainda mais a importância de que o livro chegue cada vez mais a mães, pais, cuidadores, familiares ou professores. Isso possibilitará que o tema seja discutido em famílias, espaços educacionais, religiosos e em diversos grupos sociais que desempenham um papel no cuidado infantil.

Ao analisarmos os dados por gênero, observamos uma tendência que já vem sendo apresentada frequentemente por pesquisas de outros órgãos sociais: o cuidado é amplamente associado ao gênero feminino. Mais da metade das mulheres que responderam o formulário assumiram esse papel muitas ou algumas vezes, enquanto menos de um terço dos homens o fizeram com a mesma frequência.

Essa responsabilidade enquanto pessoa que cuida demanda uma grande dedicação de tempo, recursos físicos, emocionais e financeiros, e ainda é frequentemente desvalorizada e invisibilizada socialmente. Mas o cuidado desempenha um papel fundamental na vida da criança, podendo moldar sua construção social e psicológica de maneira significativa, dependendo da qualidade da experiência proporcionada pelos cuidadores.

Gráfico 9

→ **Você já se viu no papel de cuidador(a) de alguma menina?**



Outro dado importante do livro (página 24) destaca ainda mais a relevância do tema e complementa essa reflexão: acredita-se que apenas 10% dos casos de violência sexual sejam denunciados.

Isso indica que as mulheres não se sentem seguras ao fazer denúncias. Como resultado, nos deparamos com um cenário de insegurança significativa, especialmente para uma grande parcela de meninas e jovens em fase inicial da vida.

Temos uma responsabilidade em nossas mãos: é preciso adotar estratégias mais efetivas para mudarmos o rumo destes acontecimentos. O livro se apresenta como uma dessas fontes de informação.

3

Recomendações

1 Ampliar o alcance deste material em cópias físicas e também por acesso digital por meio de link ou QR code.

2

Promover novas rodadas desta pesquisa em grupos sociais e geracionais distintos. Sendo eles escolas, abrigos, empresas, organizações da sociedade civil, hospitais, restaurantes, centros comerciais, supermercados, agências bancárias, postos de saúde, espaços religiosos, e outros ambientes privados e públicos.

3

Alcançar um público jovem com narrativas e linguagem mais aderentes ao perfil por redes sociais e outras plataformas que possam gerar rotatividade de informação e mais redes de apoio distribuídas, tendo assim maior possibilidade de chegar a grupos de meninos mais reativos, conservadores e até reacionários que têm sido influenciados por diferentes canais de comunicação.

4

A publicidade desempenha um papel muito importante nessas iniciativas, e um esforço coletivo pode ser feito para promover um movimento envolvendo diferentes grupos empresariais, sindicais ou não, para a criação de uma "cartilha de boas práticas", na qual campanhas e peças publicitárias em geral destinariam uma porcentagem dos recursos para financiar conteúdos semelhantes em diferentes espaços.

Essa prática beneficiaria a construção de uma narrativa de mudança. Além disso, essa recomendação está alinhada com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em sua RECOMENDAÇÃO GERAL N. 35 DO COMITÊ PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (CEDAW), como mencionado na página 28:

Adotar e implementar medidas efetivas para encorajar todas as mídias, inclusive publicidade e mídias sociais ou on-line, a eliminar a discriminação das mulheres em suas atividades, incluindo representações prejudiciais e estereotipadas de mulheres ou grupos específicos de mulheres, como defensoras de direitos humanos das mulheres.

ESSAS MEDIDAS DEVEM INCLUIR:

i. Incentivar a criação ou o fortalecimento de mecanismos de autorregulação pelos meios de comunicação, incluindo as mídias sociais ou on-line, visando à eliminação de estereótipos de gênero relativos a mulheres e homens, ou a grupos específicos de mulheres, e o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres que se realizam por meio de seus serviços e suas plataformas.

5

É urgente que as empresas promovam campanhas internas de conscientização, e utilizem os seus canais internos de comunicação para disseminar informações e estatísticas com fontes seguras. Implementem programas de letramento e capacitação de seus colaboradores, oferecendo treinamentos e workshops que reflitam sobre equidade de gênero e respeito no ambiente de trabalho, e discutam sobre os diferentes tipos de violência de gênero, como identificar sinais e como agir em situações em que a violência está acontecendo.

A responsabilidade no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres não é apenas dos governos e Organizações Sociais, mas também da iniciativa privada que impacta não só a vida dos colaboradores e colaboradoras das empresas, mas de outras milhares de pessoas que consomem produtos e contratam serviços.

6

Também se faz necessário destinar fundos para Campanhas de Combate à Violência, alocando parte do orçamento corporativo para apoiar organizações e campanhas dedicadas ao combate da violência contra meninas e mulheres. E até mesmo estabelecer um fundo específico para esta causa que possa financiar iniciativas locais.

7

É imprescindível que as empresas desenvolvam e implementem políticas claras de apoio às colaboradoras que foram vítimas de violência, garantindo acesso a serviços de assistência e suporte psicológico. E também estabeleçam um canal de denúncia seguro e confidencial dentro da empresa. E por fim, compreendendo a importância de um trabalho em rede no enfrentamento das violências, é importante fomentar parcerias com organizações e comunidades, além de participar ativamente de eventos, campanhas públicas e fóruns de discussão sobre o tema para acompanhar e construir, de forma plural, essa jornada que tem como objetivo uma sociedade livre de violências.

4

Conclusão

O livro se apresenta como uma ferramenta pedagógica que pode se somar a diferentes iniciativas que devem ser mais recorrentes. Ampliar esta conversa em mais espaços é propósito permanente deste projeto.

A pesquisa destaca a importância direta do livro em três pontos fundamentais, evidenciando consensos sobre a urgência do tema:

99%

dos participantes concordam completamente que o conteúdo facilita significativamente o início de debates ou sua ampliação;

93%

relatou **sentir indignação** (em algum grau) **ao tomar conhecimento, por meio do acesso ao conteúdo, da extensão das violências sofridas por meninas e mulheres.** É importante observar que esse estágio de desconforto e incômodo, que pode levar à indignação, pode resultar em efeitos positivos, como uma maior disposição para tomar medidas diretas em busca de mudanças;

98%

dos respondentes se mostraram **engajados em adotar atitudes e fazer escolhas que visam mudar essa realidade de violência.**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) possui o **Parecer Educação Infantil e Debate de Gênero** de 2019, onde destacamos o trecho abaixo (pág. 28). Essa informação dialoga com nossa insistência por incluir mais homens e meninos neste debate como forma direta de prevenção e interrupção de qualquer forma de violência contra meninas e mulheres.

Integração do conteúdo de igualdade de gênero nos currículos de todos os níveis educacionais públicos e privados, desde a primeira infância, em programas educacionais com abordagem de direitos humanos. Os conteúdos devem atingir os papéis de gênero estereotipados e promover valores de igualdade de gênero e de não discriminação, incluindo masculinidades não violentas, bem como garantir educação sexual abrangente, adequada à idade e baseada em evidências e cientificamente acurada, tanto para meninas quanto para meninos.

Um segundo dado do CNJ se refere a uma **recomendação aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar** (pág. 2), que entendemos ser muito importante. Contudo, sabemos que muitos homens podem pontuar: "Mas eu nunca cometi uma violência desse tipo". Sendo assim, a nossa proposta aqui é refletir que essas ações visam a prevenção e reparação. Portanto, todos os homens, independentemente de serem autores de violência ou não, ou da gravidade das violências que tenham praticado e presenciado, são chamados a participar ou, quem sabe, até a promover esses espaços um dia. Já está amplamente comprovado que esses programas contribuem para reduzir a chance de continuidade de violências. Seguem trechos da recomendação do CNJ:

→ Foco em processos de reflexão e responsabilização dos autores de violência doméstica e familiar contra a mulher;

→ Sempre que possível, pela metodologia de trabalho no formato de grupos reflexivos com dinâmicas participativas, sem prejuízo da realização de outras ações complementares;

→ Promoção da reflexão sobre as questões de gênero, os direitos humanos e fundamentais da mulher e a construção social da masculinidade;

→ Fomento à cultura de paz, aos métodos de promoção do diálogo e de controle emocional.

Reunimos aqui um conjunto de reflexões e dados que nos impulsionam a agir e mobilizar mais pessoas.

→ Elaborar diferentes estratégias para reduzir os índices de violência contra meninas e mulheres é necessário, e isso requer ações e movimentos, especialmente, por parte dos homens e meninos, que precisam reavaliar suas posturas e escolhas, promovendo atitudes que facilitem o diálogo com outros homens e meninos ao seu redor. Seja em uma conversa simples entre dois amigos, colegas de trabalho, familiares ou conhecidos, seja participando presencialmente ou remotamente de rodas de conversa, leituras e debates em escolas, bibliotecas, espaços culturais, instituições de ensino, empresas, coletivos, grupos ou entidades sociais, tanto em ambientes públicos quanto privados.

Nossa esperança é que esses espaços e diálogos sejam potentes, valiosos e permanentes, promovendo uma escuta coletiva genuína, um incentivo a busca por aprendizado sobre um tema tão urgente e profundo, e ações concretas que propiciem para meninas e mulheres uma vida livre de violências.

